



CARTA DE BRASÍLIA

Pela segurança do paciente e contra o uso indevido de esteroides anabolizantes no Brasil

O uso de esteroides anabolizantes e similares (EAS) para fins estéticos constitui um crescente e grave problema de saúde pública, tendo em vista sua grande prevalência e os potenciais danos que essas drogas podem causar à saúde da população.

I Fórum sobre o Uso de Esteroides Anabolizantes, realizado no Conselho Federal de Medicina, abordou o tema de forma ampla, envolvendo a Ciência, o esporte, a comunidade e o Estado na discussão das evidências científicas e no estabelecimento de ações para minimizar o uso indevido de esteroides anabolizantes e similares, esclarecer a população e atender e reabilitar adequadamente os usuários, preservando as indicações éticas para o uso de hormônios.

Assim, pontuamos aspectos que contextualizam esse campo na atualidade:

- A Resolução do CFM nº 2.333/2023 veda o uso de terapias hormonais com a finalidade de retardar, modular ou prevenir o envelhecimento, melhorar a performance, potência ou composição corporal por estética;
- A indicação da hormonioterapia anabolizante para fins estéticos e esportivos constitui prática insegura, considerando a extensa literatura científica sobre terapias hormonais e pareceres de sociedades científicas nacionais e internacionais sobre o tema;
- Há evidências relevantes de riscos potenciais na administração de doses inadequadas de hormônios, o que pode ocorrer mesmo em doses terapêuticas, principalmente nos casos em que a deficiência hormonal não foi diagnosticada apropriadamente, conforme as diretrizes e recomendações em vigor;

1º FORUM SOBRE USO DE
**ESTEROIDES
ANDROGÊNICOS
ANABOLIZANTES**
DO CFM

- O Código de Conduta Ética do Comitê Olímpico Brasileiro proíbe o uso de terapias para melhoria do desempenho físico na prática esportiva, embora existam relatos do uso de esteroides anabolizantes e hormônio do crescimento em jovens atletas, mesmo em categorias de base;
- Apesar de proibidos, seguem em proliferação no Brasil cursos de extensão, educação continuada e pós-graduação sobre terapias hormonais voltadas à estética e ganho de desempenho esportivo com objetivos meramente comerciais;
- O texto também proíbe o médico de divulgar informações sobre assunto de forma sensacionalista, promocional ou com conteúdo inverídico;
- O ambiente virtual das mídias sociais difunde de forma crescente terapias hormonais não comprovadas e potencialmente danosas.

Assim sendo, esta carta aberta sobre o cenário do uso indevido de hormônios no Brasil, chancelada pela Associação Médica Brasileira (AMB), é dirigida à população, à imprensa e às instituições públicas e privadas relacionadas, em especial ao Governo Federal, aos Ministérios da Saúde, da Justiça, da Educação e do Esporte, à Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD), ao Ministério Público, à Polícia Federal, à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, aos órgãos de defesa do consumidor, aos Conselhos Profissionais de Medicina, de Educação Física e de Farmácia, às Confederações Esportivas e às Sociedades Médicas de Especialidades.

Diante disso, conclamamos todos a apoiarem ações efetivas que objetivem:

- A formação de um Consórcio das sociedades de especialidades médicas para intensificar ações educativas e de advocacy;
- A ratificação de proibições já regulamentadas que constituem infração ao Código de Ética Médica relacionadas ao anúncio ou indução à crença da existência de falsas especialidades médicas ou áreas de atuação, tais como “hormonologia” e “medicina funcional integrativa” e procedimentos de “modulação hormonal” e “soroterapias” indevidas;



1º FORUM SOBRE USO DE
**ESTEROIDES
ANDROGÊNICOS
ANABOLIZANTES**
DO CFM

- A regulamentação e fiscalização pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) sobre a fabricação, venda e prescrição de implantes hormonais manufaturados;
- A responsabilização das redes sociais visando combater a apologia e divulgação de práticas não aprovadas e deletérias de prescrição indevida de hormônios;
- O combate ao uso inadmissível de hormônios para “pré-fabricar” jovens atletas, com o intuito de mudar sua massa muscular, estatura final e performance;
- A revisão urgente pelo Ministério da Educação dos critérios para chancela de cursos que se propõem ensinar, divulgar e respaldar práticas relacionadas ao uso de hormônios não respaldadas cientificamente;
- A atuação do Ministério Público, da Polícia Civil, dos órgãos de defesa do consumidos, entre outras instâncias, para coibir crimes, como contrabando e comércio irregular de hormônios; e danos à população pela sua exposição à profissionais com formação enganosa.

Encerramos com pedido de apoio à imprensa e aos geradores de conteúdo e influenciadores digitais no sentido de oferecer ampla divulgação desta carta e de esclarecer à população sobre os riscos da atuação indevida de profissionais não habilitados e de práticas irregulares relacionadas ao uso indevido de hormônios, resguardando-se a importância de que sejam observadas as indicações médicas, éticas e científicas.

Brasília, 3 de abril de 2024.

**I FÓRUM SOBRE O USO DE ESTEROIDES ANABOLIZANTES
DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM)**